CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME**RESOLUÇÃO CME Nº 02 DE 23 DE MAIO DE 2025**

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO OVIDIO FERREIRA FILHO, NOME FANTASIA, EDUCAÇÃO INFANTIL BARQUINHO DE PAPEL E CENTRO EDUCACIONAL NEUSA FERREIRA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais no que lhe conferem o Regimento Interno deste órgão e segundo o que prevê o artigo 37, da Deliberação CME nº 02 de 28 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO a função precípua do Conselho Municipal de Educação em zelar pelo cumprimento da legislação educacional;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar os interesses do educando-criança, bem como sua integridade física, segurança, e seu direito à educação de qualidade em conformidade com os marcos normativos e parâmetros legais pertinentes;

CONSIDERANDO conteúdo inserto no Parecer CME/CEI nº 46/2024, aprovado em ato de Reunião Plenária de 18/12/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Deferir o Pedido de Autorização Para Funcionamento de Educação Infantil na Instituição de Ensino Ovidio Ferreira Filho, nome fantasia Educação Infantil Barquinho de Papel e Centro Educacional Neusa Ferreira, localizada na Rua Mussurepe, nº 20, Parque Lebre, no município de Campos dos Goytacazes.

Art. 2º A Instituição de Ensino atenderá Educação Infantil nas modalidades Creche (3 anos) e Pré-escola (4 e 5 anos), em horário parcial no período da manhã das 07:00 horas e 30 minutos às 11:00 horas e 30 minutos e no período da tarde das 13:00 horas às 17:00 horas, com a capacidade máxima de matrícula para 122 alunos, na forma do disposto na Deliberação CME nº 02/2016.

Art. 3º O presente Ato de Autorização tem validade por tempo indeterminado, desde que a Instituição de Ensino cumpra com a legislação vigente pertinente à matéria.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de dezembro de 2024.

Campos dos Goytacazes, 23 de maio de 2025.

Marcelo Machado Feres
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO CME Nº 03 DE 23 DE MAIO DE 2025

INDEFERE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO CEPEC CENTRO EDUCACIONAL BARCELOS E CARDOSO LTDA, NOME FANTASIA CEPEC - CENTRO EDUCACIONAL BARCELOS E CARDOSO LTDA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais no que lhe conferem o Regimento Interno deste órgão, e segundo o que prevê o artigo 42, da Deliberação CME nº 02 de 28 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO a função precípua do Conselho Municipal de Educação em zelar pelo cumprimento da legislação educacional;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar os interesses do educando/criança, bem como sua integridade física, segurança, e seu direito à educação de qualidade, em conformidade com os marcos normativos e parâmetros legais pertinentes;

CONSIDERANDO conteúdo inserto no Parecer CME/CEI nº 40/2024, aprovado em Ato de Reunião Plenária de 27/11/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização para Funcionamento da Educação Infantil na Instituição de Ensino, CEPEC - Centro Educacional Barcelos e Cardoso Ltda, localizada na Rua Prefeito Edgard Machado, nº 289, Parque Leopoldina, no município de Campos dos Goytacazes, por estar em desacordo com a Deliberação CME nº 02/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 27 de novembro de 2024.

Campos dos Goytacazes, 23 de maio 2025

Marcelo Machado Feres
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO CME Nº 04 DE 23 DE MAIO DE 2025

ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO J. M. RODRIGUES & SIQUEIRA LTDA ME, NOME FANTASIA CASTELINHO AZUL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais no que lhe conferem o Regimento Interno deste órgão e segundo o que prevê o artigo 51, da Deliberação CME nº 02 de 28 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO a função precípua do Conselho Municipal de Educação em zelar pelo cumprimento da legislação educacional;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar os interesses do educando/criança, bem como sua integridade física, segurança, e seu direito à educação de qualidade em conformidade com os marcos normativos e parâmetros legais pertinentes;

CONSIDERANDO conteúdo inserto no Parecer CME/CEI nº 45/2024, aprovado em ato de Reunião Plenária de 18/12/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Cessar o Ato Autorizativo de Funcionamento com Educação Infantil concedido para Instituição de Ensino J. M. Rodrigues & Siqueira Ltda Me, nome fantasia Castelinho Azul nos termos da Resolução CME nº 08 de 20 de outubro de 2023, localizada na Rua Godofredo Pinto, nº 36, Turf Club, no município de Campos dos Goytacazes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de dezembro de 2024.

Campos dos Goytacazes, 23 de maio de 2024.

Marcelo Machado Feres
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO CME Nº 05 DE 23 DE MAIO DE 2025

INDEFERE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SOCIEDADE DE FORMAÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL SOFTE LTDA, NOME FANTASIA COLÉGIO CURSO SOFTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais no que lhe conferem o Regimento Interno deste órgão, e segundo o que prevê o artigo 42, da Deliberação CME nº 02 de 28 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO a função precípua do Conselho Municipal de Educação em zelar pelo cumprimento da legislação educacional;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar os interesses do educando/criança, bem como sua integridade física, segurança, e seu direito à educação de qualidade, em conformidade com os marcos normativos e parâmetros legais pertinentes;

CONSIDERANDO conteúdo inserto no Parecer CME/CEI nº 39/2024, aprovado em Ato de Reunião Plenária de 30/10/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização para Funcionamento da Educação Infantil na Instituição de Ensino Sociedade de Formação Técnica Educacional Softe Ltda, nome fantasia Colégio Curso Softe, localizada na Rua dos Goytacazes, nº 692, Parque Turf Club, no município de Campos dos Goytacazes, por estar em desacordo com a Deliberação CME nº 02/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 30 de outubro de 2024.

Campos dos Goytacazes, 23 de maio 2025

Marcelo Machado Feres
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Fazenda

Processo Fiscal: 60752/2019
Autos de Infração: 17366/2019

Recorrente: Costa Empreendimentos Eireli
Recorrida: Junta de Recursos Fiscais

EMENTA: Auto de Infração **17366/2019**, lavrado por agente fiscal do Município, pelo fato do contribuinte ter obtido, sob condição resolutória, imunidade de ITBI de imóvel incorporado ao seu capital social. Intimado para averiguação da sua atividade preponderante, foi verificado que o contribuinte não apresentou documentação que comprovasse atividade preponderante, Processo 7393/2019. Fato que acarretou a ratificação do auto. O auto de infração se deu ao não atendimento aos dispositivos legais:

Lei 8.690/2015: art. 36, VIII; Art. 47, § 2º; Art. 237, I; Art. 245; Art. 247 § único; Art. 248, XIII; Art. 252, II; Art. 256, I e Art. 260;

c/c Art. 37, art. 147 e art. 149, IV do Código Tributário Nacional.

ACÓRDÃO: A Junta de Recursos Fiscais com base na exposição dos fatos legais apresentados pelo Conselheiro de Recursos Fiscais, e em diversos processos que tramitaram nesta junta com mesmo teor, e por fim no **julgado do STF, Recurso Extraordinário nº 796.376, com tese de repercussão geral**, que em síntese decidiu que a integralização do capital social por meio de imóveis à Pessoa Jurídica é imunizada da incidência de ITBI. Assim **por unanimidade de votos julgo IMPROCEDENTE o Auto de Infração 17366/2019.**

Publique-se.

Campos dos Goytacazes/RJ, 10 de abril de 2025

Antônio Maria Ribeiro Tavares
Relator

Processo Fiscal: 60781/2019
Autos de Infração: 17367/2019

Recorrente: Distak Empreendimentos Ltda.
Recorrida: Junta de Recursos Fiscais

EMENTA: Auto de Infração **17367/2019**, lavrado por agente fiscal do Município, pelo fato do contribuinte ter obtido, sob condição resolutória, imunidade de ITBI de imóvel incorporado ao seu capital social. Intimado para averiguação da sua atividade preponderante, foi verificado que o contribuinte não apresentou documentação que comprovasse atividade preponderante, Processo 7393/2019. Fato que acarretou a ratificação do auto. O auto de infração se deu ao não atendimento aos dispositivos legais:

Lei 8.690/2015: art. 36, VIII; Art. 47, § 2º; Art. 237, I; Art. 245; Art. 247 § único; Art. 248, XIII; Art. 252, II; Art. 256, I e Art. 260;

c/c Art. 37, art. 147 e art. 149, IV do Código Tributário Nacional.

ACÓRDÃO: A Junta de Recursos Fiscais com base na exposição dos fatos legais apresentados pelo Conselheiro de Recursos Fiscais, e em diversos processos que tramitaram nesta junta com mesmo teor, e por fim no **julgado do STF, Recurso Extraordinário nº 796.376, com tese de repercussão geral**, que em síntese decidiu que a integralização do capital social por meio de imóveis à Pessoa Jurídica é imunizada da incidência de ITBI. Assim **por unanimidade de votos julgo IMPROCEDENTE o Auto de Infração 17367/2019.**

Publique-se.

Campos dos Goytacazes/RJ, 16 de abril de 2025

Fabiana Viana de Almeida
Relatora

Processo Fiscal: 60782/2019
Autos de Infração: 17368/2019

Recorrente: Distak Empreendimentos Ltda.
Recorrida: Junta de Recursos Fiscais

EMENTA: Auto de Infração 17368/2019, lavrado por agente fiscal do Município, pelo fato do contribuinte ter obtido, sob condição resolutória, imunidade de ITBI de imóvel incorporado ao seu capital social. Intimado para averiguação da sua atividade preponderante, foi verificado que o contribuinte não apresentou documentação que comprovasse atividade preponderante, Processo 7393/2019. Fato que acarretou a ratificação do auto. O auto de infração se deu ao não atendimento aos dispositivos legais: Lei 8.690/2015: art. 36,VIII; Art;47, § 2º; Art. 237,I; Art. 245; Art. 247 § único; Art. 248,XIII; Art. 252, II; Art. 256, I e Art. 260; c/c Art.37, art.147 e art.149, IV do Código Tributário Nacional.

ACÓRDÃO: A Junta de Recursos Fiscais com base na exposição dos fatos legais apresentados pelo Conselho de Recursos Fiscais, e em diversos processos que tramitaram nesta junta com mesmo teor, e por fim no **julgado do STF, Recurso Extraordinário nº 796.376, com tese de repercussão geral**, que em síntese decidiu que a integralização do capital social por meio de imóveis à Pessoa Jurídica é imunizada da incidência de ITBI. Assim **por unanimidade de votos julgo IMPROCEDENTE o Auto de Infração 17368/2019.**

Publique-se.

Campos dos Goytacazes/RJ, 10 de abril de 2025

Gisely Nunes Moço
Relatora

Processo Fiscal: 60783/2019
Autos de Infração: 17369/2019

Recorrente: Distak Empreendimentos Ltda.
Recorrida: Junta de Recursos Fiscais

EMENTA: Auto de Infração 17369/2019, lavrado por agente fiscal do Município, pelo fato do contribuinte ter obtido, sob condição resolutória, imunidade de ITBI de imóvel incorporado ao seu capital social. Intimado para averiguação da sua atividade preponderante, foi verificado que o contribuinte não apresentou documentação que comprovasse atividade preponderante, Processo 7393/2019. Fato que acarretou a ratificação do auto. O auto de infração se deu ao não atendimento aos dispositivos legais: Lei 8.690/2015: art. 36,VIII; Art;47, § 2º; Art. 237,I; Art. 245; Art. 247 § único; Art. 248,XIII; Art. 252, II; Art. 256, I e Art. 260; c/c Art.37, art.147 e art.149, IV do Código Tributário Nacional.

ACÓRDÃO: A Junta de Recursos Fiscais com base na exposição dos fatos legais apresentados pelo Conselho de Recursos Fiscais, e em diversos processos que tramitaram nesta junta com mesmo teor, e por fim no **julgado do STF, Recurso Extraordinário nº 796.376, com tese de repercussão geral**, que em síntese decidiu que a integralização do capital social por meio de imóveis à Pessoa Jurídica é imunizada da incidência de ITBI. Assim **por unanimidade de votos julgo IMPROCEDENTE o Auto de Infração 17369/2019.**

Publique-se.

Campos dos Goytacazes/RJ, 10 de abril de 2025

Norival Manhães de Lima Sobrinho
Relator

Processo Fiscal: 60784/2019
Autos de Infração: 17370/2019

Recorrente: Distak Empreendimentos Ltda.
Recorrida: Junta de Recursos Fiscais

EMENTA: Auto de Infração 17370/2019, lavrado por agente fiscal do Município, pelo fato do contribuinte ter obtido, sob condição resolutória, imunidade de ITBI de imóvel incorporado ao seu capital social. Intimado para averiguação da sua atividade preponderante, foi verificado que o contribuinte não apresentou documentação que comprovasse atividade preponderante, Processo 7393/2019. Fato que acarretou a ratificação do auto. O auto de infração se deu ao não atendimento aos dispositivos legais: Lei 8.690/2015: art. 36,VIII; Art;47, § 2º; Art. 237,I; Art. 245; Art. 247 § único; Art. 248,XIII; Art. 252, II; Art. 256, I e Art. 260; c/c Art.37, art.147 e art.149, IV do Código Tributário Nacional.

ACÓRDÃO: A Junta de Recursos Fiscais com base na exposição dos fatos legais apresentados pelo Conselho de Recursos Fiscais, e em diversos processos que tramitaram nesta junta com mesmo teor, e por fim no **julgado do STF, Recurso Extraordinário nº 796.376, com tese de repercussão geral**, que em síntese decidiu que a integralização do capital social por meio de imóveis à Pessoa Jurídica é imunizada da incidência de ITBI. Assim **por unanimidade de votos julgo IMPROCEDENTE o Auto de Infração 17370/2019.**

Publique-se.

Campos dos Goytacazes/RJ, 04 de abril de 2025

Antônio Maria Ribeiro Tavares
Relator

Processo Fiscal: 60785/2019
Autos de Infração: 17371/2019

Recorrente: Distak Empreendimentos Ltda.
Recorrida: Junta de Recursos Fiscais

EMENTA: Auto de Infração 17371/2019, lavrado por agente fiscal do Município, pelo fato do contribuinte ter obtido, sob condição resolutória, imunidade de ITBI de imóvel incorporado ao seu capital social. Intimado para averiguação da sua atividade preponderante, foi verificado que o contribuinte não apresentou documentação que comprovasse atividade preponderante, Processo 7393/2019. Fato que acarretou a ratificação do auto. O auto de infração se deu ao não atendimento aos dispositivos legais: Lei 8.690/2015: art. 36,VIII; Art;47, § 2º; Art. 237,I; Art. 245; Art. 247 § único; Art. 248,XIII; Art. 252, II; Art. 256, I e Art. 260; c/c Art.37, art.147 e art.149, IV do Código Tributário Nacional.

ACÓRDÃO: A Junta de Recursos Fiscais com base na exposição dos fatos legais apresentados pelo Conselho de Recursos Fiscais, e em diversos processos que tramitaram nesta junta com mesmo teor, e por fim no **julgado do STF, Recurso Extraordinário nº 796.376, com tese de repercussão geral**, que em síntese decidiu que a integralização do capital social por meio de imóveis à Pessoa Jurídica é imunizada da incidência de ITBI. Assim **por unanimidade de votos julgo IMPROCEDENTE o Auto de Infração 17371/2019.**

Publique-se.

Campos dos Goytacazes/RJ, 04 de abril de 2025

Fabiana Viana de Almeida
Relatora

Secretaria Mun. de Obras e Infraestrutura

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E CIDADE JARDIM GRAND RESORT SPE-LTDA.

PROCESSO: 2025.206.000107-2-PA

DOADOR: CIDADE JARDIM GRAND RESORT SPE-LTDA.

DONATÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

OBJETO: Manifestação de interesse, sem encargos, com fulcro nos artigos 16 e seguintes, do Decreto Municipal nº 038/2021, que instituiu o Programa Amigo da Cidade. Doação de bens móveis que consiste em itens listados no contrato e necessários para Serviços de terraplanagem e pavimentação, na rua Milton Woodrow Barbosa.

Data da assinatura: 17/03/2025.

Publique-se.

Campos dos Goytacazes/RJ, 17 de março de 2025.

Fabício Viana Ribeiro
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
Mat: 41617

Secretaria Mun. de Desenvolvimento Humano e Social

RATIFICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

O Município de Campos dos Goytacazes, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, reconhecida a validade dos atos integrantes do Processo nº. 2025.129.000016-9-PR, conforme parecer da Procuradoria deste Município nº. 091.001/2025 e sendo a inexigibilidade de licitação em voga conveniente aos interesses públicos, com fulcro no art. 74, III, alínea "f" da Lei 14.133/2021, ratifica e homologa a presente contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para participação de 02 (duas) servidoras no XV CONGRESSO MERCOSUL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSOES, no valor total de R\$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais), a ser realizado no período de 29/05/2025 a 30/05/2025, no Dall'Ónder Grande Hotel (Rua Heryn Hugo Dreher, 197, Planalto, Bento Gonçalves/RS), promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família do Rio Grande do Sul (IBDFAM-RS), através da Empresa OLYMPIA INTERNET SOLUÇÕES S/A, inscrita no CNPJ nº 14.512.528/0001-54. Determina que sejam adotados os procedimentos visando à contratação em tela.

Campos dos Goytacazes, 19 de maio de 2025.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Matrícula nº. 41.761
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO N.º 2025.044.000052-6-PR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 0003L/2025

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O PROGRAMA FORTALE-SER PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.

LOCATÁRIO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.

LOCADOR: MANHÃES DE LIMA CONSTRUÇÕES LTDA

CPF: 10.942.590/0001-25

VALOR GLOBAL: R\$ 108.360,00 (CENTO E OITO MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS)

PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28/04/2025.

Publique-se.

Campos dos Goytacazes, 20 de Maio de 2025.

DIEGO AUGUSTO RODRIGUES
PRESIDENTE DA FMJU
MATR. 41.542

Fundação Municipal de Saúde

PORTARIA FMS Nº. 3/2025

DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 440/2011;

CONSIDERANDO a necessidade de agilizar os procedimentos administrativos, compatibilizar as funções e responsabilidades internas; e a busca pela maior eficiência na gestão pública;

RESOLVE na sua falta, licenças e outros impedimentos:

Art. 1º - Delegar ao Superintendente de Faturamento e Finanças da Fundação Municipal de Saúde, **Carlos Filipe Mocaiber Lopes**, nomeado por meio da Portaria nº 322/2022, a competência para praticar todos os atos administrativos e operacionais necessários à gestão da Fundação Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes, inclusive os atos de ordenador de despesas;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes/RJ, 19 de maio de 2025.

Arthur Borges Martins de Souza
Presidente da Fundação Municipal de Saúde